

PENSANDO O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E A FORMAÇÃO CONTINUADA

Patrícia Cristina de Aragão ARAÚJO(UEPB/HISTÓRIA)¹

Resumo

Este texto discute sobre a formação continuada de professores e professoras, destacando seus desafios e perspectivas diante da diversidade étnico-racial e cultural vivenciada no espaço da escola. Focalizando o trabalho docente e a questão da diversidade, nosso objetivo é discutir sobre o ensino de História, a partir da aplicação da Lei 11.645/2008, antes 10.639/2003, que determina para o contexto da educação, conteúdos sobre História da África e da cultura afro-brasileira. Entendemos que na educação básica, o docente, em sua prática pedagógica convive com múltiplas realidades identitárias e étnicas. Para propiciar uma educação inclusiva dos sujeitos educativos negros e negras, é fundamental criar a eminência de um ensino de História dialógico e fomentador do respeito às diferenças étnicas e identitárias.

Palavras-chave: Formação continuada. Diversidade étnica. Ensino de História. Negros/as.

Palavras introdutórias

A realidade atual que o mundo contemporâneo apresenta nos espelha uma miríade de transformações sociais, econômicas e políticas, que na esfera local como no nível planetário, tem suscitado preocupações em inúmeras sociedades. Fala-se hoje que, diante de um mundo tão complexo, nos aspectos culturais e religiosos, surge um verdadeiro caleidoscópio social que nos conduz a pensar numa cultura de paz, na relação necessária entre as diferenças. Diante deste cenário, torna-se essencial compreender a diversidade dos sujeitos humanos, considerando-se os aspectos culturais e étnico-raciais (SILVA, 2000)

Se o que se pretende é construir diálogos entre diferenças, entre as múltiplas culturas e sociedades que constituem o planeta que habitamos, precisamos ter em vista o respeito ao outro, as suas identidades de gênero, sexo, a sua diversidade racial e étnica, como importantes veículos para que ocorra, uma cultura de paz e a promoção da igualdade racial, na perspectiva de uma inclusão dos múltiplos sujeitos sociais.

¹ Professora de História
E-mail: patriciacaa@yahoo.com

Diante do fato de que convivemos sob a égide de uma sociedade que ainda reafirma a exclusão, pensar no compartilhar, na integração/interação significa criar mecanismos geradores de uma sociedade que exercita o diálogo entre saberes e culturas.

Neste sentido, apresentamos como proposta de estudo pensar essa diversidade a partir do mundo de educar, tendo em vista que a Educação consiste no meio pela qual pode-se promover o respeito pela diferença. Trabalhar a possibilidade da convivência com a diferença, na inclusão dos sujeitos sociais, é a tônica que se almeja aqui abordando uma educação inclusiva, que valorize os direitos humanos, mesmo diante da intolerância que ainda povoa as relações sociais. Deste modo, diante dos conflitos e tensões, que geram violência crescente em patamares nunca antes imaginados, acreditamos ainda ser possível o diálogo, como uma pedra de toque das relações humanas (FREIRE, 2002).

No contexto da Educação, o trabalho docente na criação de processos educativos que visibilizem a diversidade e tenham em vista a minimização da exclusão, é essencial, pois a experiência do diálogo interracial e étnico abre janelas de possibilidades do reconhecimento do outro em sua alteridade. Nesta vereda, a educação age como elemento balizador, através de bússolas que conduzam o encaminhamento de vivências participativas e de modos de aprender a conhecer o outro com suas limitações e vicissitudes. Contudo este processo precisa reconhecer as singularidades humanas e a partir delas, valorizar diferentes modos de ser e estar no mundo. Esta valorização do outro é uma passagem que se vislumbra para dialogar com as diferenças (FREIRE, 2002).

Adotando a articulação entre a educação e a diversidade como categorias de análise, o nosso objetivo, neste texto, é discutir a formação continuada dos professores/as em relação à questão da diversidade no contexto escolar, pautando o olhar sobre o ensino de História, a partir da lei 11.645, anteriormente 10.639/2003, promulgada em março de 2008, que reitera a necessidade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira nos conteúdos pedagógicos.

Com estes pressupostos, organizamos nosso texto apresentando duas proposições básicas: inicialmente, a discussão em torno do trabalho docente na formação continuada, articulando esta reflexão com a diversidade existente no cotidiano da sala de aula e da escola; e, posteriormente, discutiremos a implementação da África e da cultura afro-brasileira na grade curricular, cujo objetivo é propiciar aos alunos/alunas da educação básica, a partir de componentes curriculares como História, Literatura e Artes, o reconhecimento e a importância da cultura africana e afro-brasileira no contexto da sociedade brasileira.

Em tempos de convivência com o preconceito, discriminação e racismo, acreditamos que se pode promover a inclusão de sujeitos sociais negros e negras na educação básica, pensando tal

problemática a partir do campo da História. Uma experiência pedagógica transformadora, que conscientize os sujeitos aprendentes, pode permitir o diálogo, que é tão necessário ao cotidiano escolar, situações de ensino-aprendizagem (CERTEAU, 1994).

Observamos que professores/as enfrentam múltiplas realidades na escola, muitas vezes díspares de sua perspectiva da formação inicial. Contudo, isto requer pensar de que modo o seu cotidiano da sala de aula, pode ser um canal possibilitador de ações e meios nesta direção. Através das discussões tecidas, o respeito à diversidade pode ser construído modificando a realidade escolar e fora dela; aprendendo a lidar com os desafios e dilemas que esta situação é capaz de gerar.

Diante destes aspectos, colocamos o seguinte questionamento: de que modo o/a professor/a em sua prática educativa pode contribuir para a promoção do diálogo entre as diferenças e identidades, visibilizando a diversidade étnico-racial existente na sala de aula, a partir da disciplina de História? Como, em sua formação continuada no cotidiano da escola, o docente pode vivenciar a diversidade étnico-racial criando meios e possibilidades de interação/integração dos sujeitos que compõem a comunidade aprendente?

Para empreender esta reflexão acerca este texto nos estudos desenvolvidos por Cunha Júnior (2003), Hall(2000), Lino Gomes (2006), Certeau (1994) e Freire (2002), por considerá-los significativos para as discussões tecidas nesta pesquisa.

Escolhemos a etnometodologia, a partir do método indiciário, por entender que as discussões sobre etnia e cultura negra na escola, expostas na literatura a respeito, fornecem pistas e indícios que clarificam as discussões empreendidas em nossa proposta (COULON, 1995). E são elas, as pistas, os sinais, os indícios, que nos fazem enveredar nesta realidade compreender o trabalho docente em sua formação continuada e a questão relativa à diversidade. Conforme já expomos, a contextura do mundo atual realça a desigualdade, mas também que abre um leque de possibilidades para a convivência e a igualdade em condições de diferença (GOMES e SILVA, 2006).

A diversidade étnico-racial e a formação continuada: pensando o ensino de História

Discutir a diversidade étnico-racial na Educação é fundamental, sobretudo quando nos remetemos ao contexto da formação docente. Tanto na formação inicial como na continuada faz necessário tecer reflexões acerca desta problemática.

A diversidade étnico-cultural nos mostra que os sujeitos sociais, sendo históricos, são, também, culturais. Essa constatação indica que é necessário repensar a nossa escola e os processos de formação docente, rompendo com as práticas seletivas, fragmentadas, corporativistas, sexistas e racista ainda existentes (GOMES e SILVA, 2006, p.25).

Na formação inicial, é o momento em que o futuro professor se prepara do ponto de vista teórico e pedagógico para o ingresso no mundo educacional; na formação continuada, vai empreender toda a sua vivência e experiências, que serão somadas aos acontecimentos que perpassam o cotidiano, nos quais o futuro profissional encontra desafios no desenvolvimento de sua prática.

Pensar a formação continuada é acreditar que o trabalho docente é construído a cada dia e que o conhecimento acerca da escola, da comunidade aprendente e de suas nuances pode ser verificado no cotidiano. Por essa razão, o docente deve empreender ações que venham a contribuir tanto no aprendizado escolar de seus alunos e alunas, quanto no aprendizado da convivência destes no contexto da escola, na convivência com as diversidades que por si mesmas já fazem parte do espaço vivido.

Observando este aspecto, enfatizamos que o/a professor/a tem um significativo papel social e para exercê-lo deve procurar se inteirar com a comunidade escolar onde atua e com as famílias, para que possa compreender a realidade na qual está inserido. Neste sentido, sua prática educativa será direcionada para uma postura crítica, conscientizadora, democrática, menos excludente, que privilegie o acolhimento inclusão dos sujeitos aprendentes, instigando táticas de superação (CERTEAU, 1994). Sobretudo, desenvolverá estratégias que minimizam a discriminação racial, através de raciocínios que gerem o diálogo e a tolerância com as diferenças (SILVA, 2000; SILVA JÚNIOR, 2002).

Perceber a diversidade étnico-racial como algo positivo na escola implica reconhecer a sociedade brasileira como pluriétnica e pluricultural, conscientizando sobre a portanto, importância de conviver com esta realidade, especialmente no que concerne ao respeito do jeito de ser e a identidade de cada um e cada uma no processo educativo.

Se a escola deve empreender atitudes positivas no que se relaciona a diversidade dos sujeitos da aprendizagem, o docente precisa optar por um leque de possibilidades que privilegiem uma educação que parta da diversidade étnico-racial e respeite os direitos humanos. Dessa forma empreender uma educação democrática, significa educar para além

da aprendizagem dos saberes escolares, construindo um ato dialógico-comunicativo no respeito ao outro e no reconhecimento do direito à sua diferença (SILVA, 2000).

No âmbito do ensino de História, discutir a questão da diversidade é sumariamente importante, tanto pela dimensão histórica e social, como educacional que este tipo de abordagem suscita (CAVALLERO, 2001). Na formação continuada, o/a professor/a de História, no seu trabalho docente, ao se deparar com situações de racismo e preconceito, pode contribuir para perpetuar tal visão. Se a sua prática for pautada pelo respeito à diversidade étnico-racial e cultural, também irá despertar o respeito pela alteridade do outro. Agindo assim, poderá colaborar para a visibilidade de um fazer histórico inclusivo, lutando pela universalidade dos direitos e o reconhecimento da igualdade na diferença (SILVA JÚNIOR, 2002, HALL, 2000).

A partir da lei 10.639, de janeiro de 2003, hoje 11.645/2008², que empreendeu o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira como uma realidade na educação básica, nas áreas destinadas a História, Literatura e Artes, foi permitido que se pudesse rever uma situação, que inserida na História brasileira, não estava ainda inserida no contexto da história da Educação. O campo educacional precisava corrigir esse tipo de postura, trazendo para o currículo escolar a história de negros e negras que durante tanto tempo foi imensamente negligenciada.

Dentro de uma perspectiva de políticas públicas inclusivas, o Estado brasileiro, pela primeira vez na sua história, trata das desigualdades raciais como uma questão nacional específica, ao promulgar a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), ao incluir, no âmbito de todo o currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira (FORDE et al, s/a, p.2)

Se a cultura negra, seus saberes e sua história, tanto na matriz africana como na afro-brasileira, foi durante tanto tempo postergada, ao tornar obrigatório o ensino da África, possibilitou-se o reconhecimento do papel do negro na sociedade, a partir do viés educacional, como uma estratégia de superação dessa injustiça de caráter igualmente histórico.

A história da Educação brasileira tem negado sistematicamente a influência da cultura matriz africana na prática e no discurso sobre ensino-aprendizagem nas instituições de ensino e negligenciado a cosmovisão africana nas relações de educação que ultrapassam as fronteiras da Escola (OLIVEIRA, 2003, p.12)

² A lei 11.645 de 10 de março de 2008 veio alterar a lei 10.639, pois além de empreender o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira, trouxe a inclusão da educação indígena como obrigatória.

Deste modo, cabe ao professor, em sua formação continuada, inteirar-se destas questões, repensando a sua agenda docente, pois discutir, à luz da História, a questão da diversidade étnico-racial torna-se um ponto de partida para o entendimento das relações raciais tecidas no decurso da história brasileira. Ajuda a compreender por quê negros e negras foram muitas vezes “invisibilizados”, tanto em sua cultura quanto no seu credo religioso, valorizados como sujeitos históricos e sociais (MONTERO, 1996, CUNHA JÚNIOR, 2003).

Se na narrativa historiográfica a cor da pele consistiu num parâmetro de sujeição do ser humano às formas exploratórias e espoliadoras da sua liberdade e de seus direitos, transcorrido o período escravista, a sociedade brasileira ainda maquia uma postura, através da qual a colonização de idéias preconceituosas e discriminatórias no corpo social ganha contornos e visibilidade. Verificamos que na escola, devido a postura de muitos professores e professoras, encontrou um *locus* para se disseminar, ao contrário de um espaço de esclarecimento identitário.

O docente de história, em seu cotidiano de sala de aula, ao aceitar a diversidade como um meio de enriquecer as relações no contexto da sala de aula de história, adquire experiências étnicas e culturais importantes para o seu fazer educativo. Quebrando estes estigmas histórico-culturalmente construídos, em relação à etnia negra, professores e professoras oxigenam o processo de ensino-aprendizagem, tornando a escola um lugar de aprender a viver juntos a partir das diferenças, buscando nesta diferença a igualdade dos sujeitos aprendentes que fazem parte do contexto escolar. Ao sensibilizar alunos e alunas, reconhecendo e valorizando a história de africanos que, através de seu trabalho, cultura e religião escreveram a história de nosso povo, bem como dos afrodescendentes, os professores e professoras difundem a superação de paradigmas discriminatórios sobre um grupo social étnico, cuja história representa uma verdadeira “lição de vida”.

Referências

CAVALERRO, Eliane. **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor.** In: CAVALERRO, E. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 2.ed.Petrópolis: Vozes, 1994.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Movimento e consciência negra na década de 1970.** In: Revista Educação em debate, ano 25, v.2, n.46, 2003.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FORDE, Gustavo et al. **Educação anti-racista**. Ceafro/Seme, s/a.

GOMES, Nilma L.; SILVA, Petronilha B.G (orgs). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. 4ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

MONTERO, Paula. **Diversidade cultural: inclusão, exclusão e sincretismo**. In: DAYRELL, Juarez (org.) **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

OLIVEIRA, Eduardo D. **Africanidades na educação**. In: *Revista Educação em debate*, ano 25, v.2, n.46, 2003.

SILVA, T.T (org). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA JÚNIOR, Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre as leis e as práticas sociais**. Brasília: Unesco, 2002.